

P1

Corrigindo a tempo

1 JAN 1992

CORREIO BRAZILIFENSE

José Edmar Cordeiro

O Governo do Distrito Federal poderá arrecadar, no próximo ano, cerca de Cr\$ 800 bilhões, caso seja aprovado na Câmara Legislativa projeto de lei que transforma em urbana a área do Projeto Águas Claras. A criação deste Setor de Mansões de Taguatinga provocaria uma arrecadação suficiente para pagar totalmente a implantação do metrô em Brasília.

Mas este é apenas o aspecto prático do projeto de lei em questão, que será analisado no início do ano legislativo. Por trás dele, na verdade, existe um espírito de tentar corrigir todas as distorções detectadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou irregularidades na distribuição de chácaras pela Fundação Zoobotânica. Houve tráfico de influência, beneficiando um pequeno grupo de pessoas, conforme apurou a CPI da Terra.

A transformação da área em urbana atinge seis colônias agrícolas: Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueiras, Samambaia, Governador e Veredão. Pelo projeto de lei, elaborado pelos membros da CPI, seriam criados cerca de 20 mil lotes de até dois mil metros quadrados, que seriam colocados à venda através de licitação pública.

Os atuais ocupantes, a maioria beneficiada pelo tráfico de influência, teriam preferência apenas para aquisição da área construída, até o limite de dois mil metros quadrados. Eles passariam a pagar IPTU, além do valor pago pelo lote. Hoje eles pagam a simbólica taxa de ocupação do solo que é de apenas Cr\$ 400 por ano. E ocupam uma área média de 60 mil metros quadrados.

Os verdadeiros produtores rurais, que vivem realmente do trabalho agrícola, terão direito, pelo projeto, a permanecer no regime de concessão de uso, mas seriam removidos para outras áreas rurais. Os chacareiros cujos terrenos ficam às margens de recursos hídricos, permaneceriam como concessionários de suas chácaras. Desta forma, fica garantido direito à terra para quem nela produz.

A situação das 57 famílias da chamada Vila São José também está contemplada no projeto de lei. Estas famílias sofreram pressões por parte da máfia que tomou conta da distribuição de chácaras no local, para que se retirassem da área. Resistiram. Agora, caso o projeto seja aprovado, estas pessoas terão direito a um lote de no máximo dois mil metros quadrados, respeitando ao máximo as atuais benfeitorias.

Quem não vai se beneficiar nada com o projeto são aqueles que participaram da inescrupulosa venda de chácaras, usando a Associação dos Produtores Rurais de Águas Claras e acobertados pela Fundação Zoobotânica e pela Administração Regional de Taguatinga. São pessoas que ocuparam chácaras ainda não oficializadas pela Zoobotânica, o que comprovou má-fé e a atuação da máfia de "produtores de asfalto". Estas áreas invadidas seriam comercializadas através de licitação, sem qualquer preferência ao ocupante irregular.

São propostas que irão dar uma destinação social ao terreno marcado pelas irregularidades, punindo com rigor aqueles que se beneficiaram o tempo todo da má administração do sistema de concessão de uso.

Brasília não pode conviver mais com a impunidade e o desmando. A CPI deu um basta às negociatas e ao tráfico de influência. E agora, com este projeto, faz justiça àqueles que não aceitaram a corrupção.

Ainda há tempo para se corrigir esta distorção.

■ José Edmar Cordeiro é deputado distrital pelo PTR-DF